

As Políticas Linguísticas do Português

Ivo Castro

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Quando falamos de política da língua a propósito do português, facilmente reconhecemos que a expressão deve ser elevada ao plural, porque são vários os espaços em que o português actua, em cada um deles enfrentando necessidades que não se satisfazem de modo idêntico e reclamam, por isso, não uma, mas diversas políticas. Não cuidando agora da ou das políticas domésticas que regularão o ensino, a defesa patrimonial e a normalização da língua no interior das nossas fronteiras, deparamos com quatro conjuntos de problemas, agrupados geograficamente, todos eles relacionados de alguma forma com a condição do português como língua internacional. Cada um desses conjuntos requer uma política específica.

As quatro distintas políticas de internacionalização do português são: uma política *européia*, uma política *global*, uma política para o espaço *lusofalante* e finalmente, sem paradoxo, uma política de internacionalização para o espaço *nacional*. Por razões de oportunidade, escolho falar principalmente das últimas duas dessas políticas, começando por aquela que designei de *política de internacionalização no espaço lusofalante*.

No conjunto dos países que têm o português como língua oficial, ele também é uma língua internacional, sendo veículo único da comunicação pública e privada entre nacionais desses países. Mas, ao contrário do que acontece com a maior parte das veiculares, que são línguas segundas para ambos os falantes, neste contexto a comunicação internacional faz-se na nossa própria língua materna. Que é nossa, mas serve para falar com estrangeiros que também a falam como sua. De quem é ela, afinal? É mais nossa, ou deles? E resulta melhor quando eles a falam, ou nós? Estas interrogações, e outras do mesmo tipo, criam uma sensação de partilha forçada, que é complicada por histórias nacionais de curso autónomo e nem sempre harmónico, que poderia ser resolvida através da conhecida metáfora do condomínio, mas que não raro desemboca em confronto de fortes pulsões antagónicas. O espaço lusofalante é percorrido por movimentos que aspiram a conservar ou a reforçar a unidade linguística e cultural, mas a que se opõem movimentos de separação, uns e outros produzindo afloramentos que não são fenómenos isolados, mas

antes significativas manifestações daquelas pulsões conjuntiva e disjuntiva, que nenhuma política linguística formulada com conhecimento da realidade se permitirá ignorar.

São manifestações óbvias da pulsão conjuntiva as tentativas de arranque de uma organização comunitária dos estados que têm o português como língua oficial, a CPLP; a ironicamente designada «refundação» de um Instituto Internacional da Língua Portuguesa que, na verdade, nunca passou do papel; a entrada em vigor do acordo ortográfico de 1990, cuja falta não se fizera sentir durante duas décadas; e, atravessando tudo isto como se fosse uma teoria, o confuso ideário que dá pelo nome de Lusofonia. A classe dos linguistas portugueses tem revelado pouco interesse por estas manifestações, e isso por uma variedade de razões: para uns, carecem de relevância e centralidade as questões relacionadas com uma língua nacional, ainda que sua; para outros, o conceito de que é possível anular a divergência de variedades linguísticas separadas geográfica, social e culturalmente, casa-se mal com o que sabem de tipologia, história e sociologia das línguas; para outros ainda, o interesse dos movimentos conjuntivos encontra-se na oportunidade de facturar com a produção de instrumentos práticos de uso e referência; finalmente, a alguns o que interessa é questionar as premissas e a aplicação das ideias conjuntivas, o que equivale a dizer que se alinham ao lado dos partidários da pulsão disjuntiva. Pode, em resumo, afirmar-se que os linguistas portugueses, pelo menos nos seus sectores mais respeitáveis, pouco ligam a movimentos conjuntivos no espaço lusofalante.

Há poucos meses, o reputado linguista brasileiro Carlos Alberto Faraco proferiu perante colegas das várias nações lusofalantes uma conferência que constitui forte ataque à ideia de Lusofonia¹. Não direi que, fazendo-o, ecoava idênticos ataques aparecidos em ambiente português porque, tratando-se de um texto muito documentado, nele não figura uma única declaração de linguista português, simpática ou antipática para com a ideia de Lusofonia, o que deve significar que o conferencista delas não teve conhecimento.

É de aceitar sem dificuldade a sua afirmação de que o termo Lusofonia «tem ampla circulação em Portugal e quase nenhuma no Brasil». De menos fácil aceitação são outras afirmações suas, como «o tema da lusofonia parece ser fundamentalmente de interesse português» ou «o termo LUSOFONIA começou a circular em Portugal anos depois da descolonização». Nestas frases transparece a sugestão de que a ideia de Lusofonia é uma construção portuguesa, aqui criada como instrumento de influência sobre as antigas colónias africanas e de travão das acções do Brasil no espaço lusofalante. Procurando concordar com Faraco até limites que os factos autorizem, reconhecer-se-á que na sociedade portuguesa, em ambientes políticos, empresariais e culturais, se usa e abusa daquele termo, que começou a circular em meados dos anos 80, como confessado decalque do modelo estabelecido pela Francofonia. Mais do que isso não.

¹ Carlos Alberto Faraco, *Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política*. Conferência proferida no I Congresso Internacional de Linguística Histórica, Salvador, 29 de Julho de 2009 (inérita).

Não se pode esquecer que a Lusofonia, a nova ortografia e as instituições da comunidade lusofalante formam hoje a crista de um movimento de conjugação que não tem a ver com gestão pós-colonial e que, se bem nos lembrarmos, não parece ser de iniciativa portuguesa. A ideia de um bloco linguístico formado por Portugal, as suas colónias e o Brasil vem de 1902 e foi primeiro apresentada por Sílvio Romero, que era brasileiro (Romero, 1902). Nessa época, Portugal andava tão arredado de pensar em compromissos com o Brasil que se esqueceu de o consultar aquando da reforma ortográfica de 1911. Ao longo do séc. XX, se, por um lado, assistimos à «confusão na gestão ortográfica» que Faraco atribui àquele descuido inicial, mas que medianamente se reconhecerá ser de autoria tão brasileira como portuguesa, por outro lado assistiu-se ao multiplicar de pronunciamentos sobre a «unidade superior do idioma», feitos em ambos os sotaques atlânticos. Quando Manuel de Paiva Boléo ressaltou em 1967 a missão «de se criar nos portugueses e brasileiros uma mentalidade e uma consciência de unidade de língua em que sejam aceites, dentro da norma culta, certas divergências de pronúncia, de léxico e, embora em menor escala, de construção sintáctica, divergências essas que não afectam a mencionada unidade idiomática» (Boléo, 1968:9), já Celso Cunha tinha defendido, em 1963, que «o elo mais forte da comunidade espiritual luso-brasileira é a unidade idiomática» e que «cumpre zelar para que se mantenham os sistemas da língua, e, assim, se evitem rupturas que venham a impedir a compreensão entre os falantes das diversas áreas» (Cunha, 1976:71-2). Neste plano, se não em muitos outros, convergiam com Celso Cunha destacados linguistas brasileiros como Sílvio Elia e Gladstone Chaves de Melo. A pulsão conjuntiva que todos animava está na base de obras importantes como a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, que Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra publicaram em 1985, simultaneamente em Lisboa e no Rio de Janeiro, com a finalidade de mostrar como se podiam conciliar as normas cultas, falada e escrita, do português europeu, brasileiro e africano. Quem descortinará neste programa, ou nos seus autores, uma intenção exclusivamente portuguesa?

É por essa mesma altura, em que também se preparava a muito aguardada reunião académica que redigiria o acordo ortográfico de 1986, que se começa a ouvir falar de Lusofonia. A ditadura militar terminara no Brasil, o que criava condições para o reatar de diálogo com um Portugal que era democrático há uma década. A José Aparecido de Oliveira, ministro da Cultura de José Sarney, depois embaixador do Brasil em Lisboa, se atribuía então a vontade e os esforços maiores no estabelecimento de novas formas de contacto e colaboração entre os dois países. Ainda recentemente, pela sua morte, esse papel fundador foi evocado na imprensa brasileira. Em Portugal, o mais influente interlocutor de José Aparecido foi, talvez, Fernando Cristóvão, presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, a que sucederia o Instituto Camões em 1992². Estas personalidades, e outras que um historiar cuidadoso dos factos não terá dificuldade

² F. Cristóvão dirigiu também a publicação do *Dicionário Temático da Lusofonia*, 2005.

em evocar, foram protagonistas da criação formal do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, inicialmente conhecido por Instituto de S. Luís do Maranhão (1989), e depois da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996), cuja criação por iniciativa brasileira Faraco não nega. Nesse, como nos restantes actos, seria ingrato não reconhecer a vontade e o interesse das entidades brasileiras.

Do mesmo modo, foi o actual governo brasileiro que teve a ideia de desenterrar o acordo ortográfico de 1990 e é a opinião brasileira que mais impaciente se mostra com o ritmo cauteloso adoptado nesse processo por Portugal. A adesão portuguesa à nova ortografia não faz sentido, se não for acompanhada da adesão de Angola e de Moçambique.

Atribuir exclusivamente a Portugal a responsabilidade pela Lusofonia e instituições conexas é, para mais, ignorar que uma parte importante da classe pensante portuguesa lhe é antagonista, como foi demonstrado pela oposição ao acordo ortográfico, que motivou um manifesto difundido pela internet que obteve, até Maio de 2009, mais de 110 mil assinaturas³. Este manifesto, centrado em Portugal, constitui a mais vigorosa manifestação da pulsão separativa até hoje assumida em Portugal. A influência intelectual de alguns dos seus promotores e a multidão dos subscritores constituem mostra suficiente de que, em Portugal, a ideia lusófona não conta apenas com adeptos e simpatizantes.

Faraco pergunta se Lusofonia é utopia ou quimera. Apetece comentar que, para ele, é um pretexto. Na verdade, o seu texto visa, através da Lusofonia, um segundo alvo: a política de cooperação no ensino e na difusão da língua promovida por Portugal, sobretudo através do Instituto Camões, a qual por três vezes é condenada como «unilateral». Porquê unilateral a criação de um centro de ensino (em algum lugar), ou a atribuição de bolsas (a alguém), ou a assinatura de um convénio (com alguém)? A cooperação, tal como o tango, só existe quando os parceiros são dois. Melhor teria sido, pois, qualificar a política portuguesa como «bilateral». É nesta escolha de adjectivo que a conferência de Faraco se revela verdadeiramente interessante; nisto e em explicar qual é a política brasileira de internacionalização da língua na área lusofalante, caracterizada pelo modelo multilateral. «Na ótica diplomática brasileira – diz –, a CPLP representa basicamente uma opção estratégica para articular, com base na língua comum, uma cooperação Sul-Sul (Brasil–Países africanos de língua oficial portuguesa–Timor) com a vantagem de ter um pé na União Europeia (Portugal)». Compreende-se o incómodo que pode causar, neste quadro, o nosso país aspirar a papel mais elevado que aquele que tão anatomicamente lhe é atribuído.

Mas é esse papel mais elevado, por acções bilaterais, que Portugal efectivamente tem desempenhado e deve continuar a desempenhar. Angola e Moçambique constroem variedades nacionais do português, que provavelmente serão distintas entre si. Sociedades muito jovens estão a adquirir como língua materna o português, que para os seus pais era

³ www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa

língua segunda. Este facto, determinante para o crescimento demográfico do português como língua materna à escala global, até aqui era um exclusivo do Brasil. Na construção desse futuro africano, Portugal tem um papel a desempenhar, talhado quer pelas suas responsabilidades históricas e de solidariedade, quer pela utilização de estruturas e canais que possui no terreno, e não precisam de ser inventados. Para cada país do espaço lusofalante (aí se incluindo o Brasil), Portugal deve possuir uma política linguística, científica e cultural específica, de tipo bilateral. Importa que essas políticas não sejam esbatidas e tornadas ineficazes pela sua diluição em estruturas multilaterais.

Passo agora a tratar da *política doméstica de internacionalização linguística*. Frequentemente se confunde este conceito com o de *internacionalização do conhecimento linguístico do português*. Para evitar equívoco, direi de entrada que apoio sem reserva as políticas oficiais destinadas a promover a visibilidade externa da ciência feita em Portugal, pois é motivo de preocupação o limitado espaço que os dados sobre a nossa língua ocupam na bibliografia linguística internacional. Em 1994, Maria Helena Mateus (Mateus, 1996:16-17) encontrou, num conjunto de 300 livros de fonologia, apenas doze dedicados ao português, todos eles escritos por portugueses ou brasileiros. Além disso, encontrou manuais de fonologia ricos em exemplos de numerosas línguas, que não do português, culminando numa base da Universidade de Califórnia-Los Angeles que, entre 335 línguas, não chegava a referir o português. As poucas referências detectadas nem sempre estavam correctas. Os anos decorridos desde então trouxeram algumas melhorias, mas em regra as panorâmicas internacionais, e as abordagens de pormenor, continuam a ser largamente alheias às aquisições da linguística do português, por mais relevantes que estas sejam. De modo que é prioridade para os linguistas portugueses, como para qualquer outro cientista, publicar em locais internacionais e em língua estrangeira.

Mas, porque são linguistas, porque estudam a língua e porque se inscrevem numa tradição que, a partir do Renascimento, se empenhou em que as línguas nacionais fossem investigadas e descritas com recurso a si mesmas, enquanto metalínguas, e não através de uma língua internacional, então o latim e hoje, já se vê, o inglês, essa prioridade não é a única a que têm de atender. Além de contribuírem para o conhecimento internacional da sua língua, devem esforçar-se por que ela continue a ser usada como língua de ciência e de cultura. Essa exigência constitui uma especificidade dos cientistas que estudam a língua, a literatura e as manifestações culturais veiculadas na língua da sua nação. Essa especificidade não se estende por igual às ciências exactas, nem à maior parte das ciências humanas, nem aos linguistas que se ocupam de linguística geral, teórica, experimental ou de outras línguas que não a sua. Mas aos que estudam a sua língua, há que reconhecer o direito de a usarem como metalíngua e de verem validados os seus resultados através de formas consagradas de avaliação externa, isenta e competente. Repiso este adjectivo *competente*: ele significa que um avaliador que não conheça a língua objecto de estudo não pode apreciar devidamente a qualidade dos materiais examinados, as referências contextuais, a pertinência dos métodos utilizados e a sensatez das interpretações.

Os linguistas portugueses têm alguma experiência dos processos de avaliação a que aludo, e dos seus efeitos, pelo que talvez não seja necessário, de momento, descer a pormenorizações. Mas há um aspecto que merece insistência.

Nenhuma língua é suporte neutro para a produção de cultura. Ao escolher a língua em que escrevemos, estamos também a escolher a literatura e o ambiente científico em que desejamos ser acolhidos, os autores que citamos nas nossas referências, as terminologias e estilos de exposição nela consagrados, os temas e problemas mais presentes nela; em suma, estamos a adoptar os seus modelos e, também, as suas modas. Se escolhermos escrever ciência em inglês, difícil se torna não adoptarmos os programas de pesquisa próprios dessa língua e, com eles, importarmos como centrais à nossa actividade preocupações que nasceram em quadros culturais onde prevalece uma relação entre língua e metalíngua que não é a nossa. Especificidades importantes do português podem, assim, ficar na penumbra. O conhecimento científico da língua portuguesa deve ser prioritariamente produzido dentro da própria língua portuguesa, e depois traduzido e divulgado o mais amplamente que for possível.

Tudo o que acabo de dizer respeita, repito, à internacionalização do conhecimento científico da língua portuguesa. A internacionalização da própria língua é uma preocupação de outra ordem. Antes de mais, não é sinónimo de exportação. Muito se pode fazer pelo reconhecimento internacional da língua portuguesa sem sair do país. Os autores, os agentes culturais, os editores, as instituições que preservam o património textual (bibliotecas e arquivos) e aquelas que estudam a língua, a literatura e, de modo geral, a cultura podem e devem atrair as atenções do estrangeiro e trazê-lo cá. As universidades acolhem estudantes de programas de mobilidade para aprenderem a língua em regime de imersão; alguns desses, depois, irão graduar-se como especialistas de assuntos portugueses e converter-se em agentes da difusão da nossa cultura.

Para que isso aconteça, é imperativo que a língua portuguesa continue a ser utilizada e respeitada como língua de cultura e de ciência. É igualmente imperativo que aos indivíduos e às instituições que cultivam e estudam a língua, em níveis que podem atingir a excelência, seja reconhecido o direito de apresentarem os resultados da sua actividade nessa mesma língua.

Nos últimos anos, a língua portuguesa tem recebido um tratamento muito desigual por parte dos vários departamentos governamentais que sobre ela têm alguma forma de responsabilidade. O Ministério da Cultura desdobrou-se em declarações pouco inspiradas e prometeu iniciativas que, se se concretizassem, pouco benéficas seriam, como a criação de uma academia da língua, com desconhecimento de que o saber, em matéria de língua, está onde é feito, ou seja nas universidades e nos institutos de investigação a elas associados. O Ministério da Educação, acautelado por sucessivas polémicas travadas à sua porta a propósito do ensino da língua, tem-se dedicado a trabalhos de casa, discretamente e sem medidas de concretização imediata. É apenas na esfera do Ministério dos Negócios Estrangeiros que se tem visto o Estado português a revelar um pensamento e uma vontade focados no crescimento da visibilidade e da influência internacionais da nossa língua,

tanto na plataforma global, como na plataforma dos países que se relacionam entre si falando em português. Mas todos estes três ministérios são movidos por um idêntico propósito, que é o de «assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa». Acabo de citar o artigo 9.º, alínea f), da Constituição da República.

O Ministério da Ciência tem-se mostrado dissociado destas preocupações e das políticas melhor ou pior desenvolvidas pelos seus colegas. Mas estamos em tempo de mudanças.

Referências

- Cunha, Celso (1964) *Uma política do idioma*, (4.ª ed. 1976), RJ: Tempo Brasileiro.
- Castro, Ivo (1998) Lusofonia, *Discursos*, 15, pp. 68-77.
- Castro, Ivo (2001) Diversidade Linguística, *Mais Línguas, Mais Europa*, coord. Maria Helena Mateus, Lisboa, Colibri, pp. 23-25.
- Castro, Ivo (2005) Comentário da mesa-redonda Convergências e Divergências no Espaço da Língua Portuguesa, *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Lisboa, Gulbenkian, 2005, pp. 279-282.
- Castro, Ivo (2007) “A língua”, *Retrato de Portugal*, ed. António Reis, Lisboa, Instituto Camões/Temas e Debates, 2007, pp.101-113.
- Castro, Ivo (2007) Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa (16.3.2007), Institut d’Estudis Catalans, Barcelona.
- (http://www2.iecat.net/gc/digitalAssets/15960_CastroIConf.pdf)
- Castro, Ivo (2008) Galiza no espaço cultural e simbólico da Lusofonia, *Grial*, XLVI, 2008, pp. 80-89.
- Boléo, M. Paiva (1968) *O espaço linguístico português*, 1968, Coimbra Editora.
- Mateus, Maria Helena Mira (1996) O português: caminhos da investigação, *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, org. Duarte, I. & Leiria, I., Lisboa: APL/Colibri.
- Romero, Sílvio (1902) *O elemento português*, Lisboa: Tipografia Nacional.